



Ourém
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO A

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 19/02/2019

ANEXO A - Relatório de Atividades

Situação económico-financeira do Município em 31 de janeiro de 2019

Nota Introdutória

A análise que se irá expor integra elementos provisórios, na medida em que os valores dispostos ainda serão sujeitos a conferências.

Porém, os desvios às variáveis expostas na presente informação não deverão ser materialmente relevantes, pelo que se julga que os elementos dispostos permitem um acompanhamento aproximado às condições económico-financeiras deste Município, à data referenciada.

1. Execução Orçamental

1.1 Orçamento da Receita

1.1.1 Execução do Orçamento da Receita

Quadro 1 – Resumo da posição atual do Orçamento da Receita

ORÇAMENTO DA RECEITA					
	Dotação Atual	Liquidada	G.E.O.L.	Cobrada	G.E.O.C
Corrente	31 296 793,00 €	2 294 912,26 €	7,33	1 881 161,05 €	6,01
Capital	11 644 982,00 €	163 572,00 €	1,40	151 072,00 €	1,30
Outras	19 575,00 €	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
TOTAL	42 961 350,00 €	2 458 484,26 €	5,72	2 032 233,05 €	4,73

A receita cobrada total situava-se ligeiramente superior a 2 milhões de euros. Deste modo, o grau de execução na ótica das receitas cobradas situava-se em 4,7%.

1.1.2 Evolução das Receitas Municipais

As receitas totais cobradas evidenciam uma diminuição em 65,8%, face ao período homólogo relativo ao ano anterior, circunstância que significou uma variação absoluta negativa, ligeiramente superior a 3,9 milhões de euros, sofrendo a influência de não se estar disposto no exercício de 2019 (será aprovado em abril de 2019), o saldo da gerência do ano anterior.

Na óptica das cobranças, importa reportar os aumentos verificados nos impostos diretos (+64,1 mil euros), nas transferências correntes (+107,3 mil euros), nas vendas de bens e serviços correntes (+28,9 mil euros) e nas transferências de capital (+68,2 mil euros).

Em oposição, serão de salientar as quebras verificadas nos impostos indiretos (-14,3 mil euros) e saldo da gerência (-4,2 milhões de euros), esta última variação resultante de ainda não estar reconhecido por ausência de aprovação, o saldo da gerência de 2018 que tramitou para o exercício de 2019.

Quadro 2 – Evolução das Receitas Municipais a preços correntes

Uni: Euro

Designação	Receita Total Liquidada				Receita Total Cobrada			
	31/01/2018	31/01/2019	variação absoluta	var. (%)	31/01/2018	31/01/2019	variação absoluta	var. (%)
Impostos diretos	317 282,90	359 025,52	41 742,62	13,16	290 945,56	355 060,40	64 114,84	22,04
Impostos indiretos	92 450,07	30 435,00	-62 015,07	-67,08	44 706,46	30 435,00	-14 271,46	-31,92
Taxas, mult. e outras pen.	240 823,24	89 440,11	-151 383,13	-62,86	91 566,84	89 440,11	-2 126,73	-2,32
Rendimentos de prop.	54 878,63	438 877,87	383 999,24	699,72	50 070,33	50 076,38	6,05	0,01
Transferências correntes	1 146 563,15	1 231 483,20	84 920,05	7,41	1 124 141,16	1 231 483,20	107 342,04	9,55
Venda de bens e serv. cor.	613 949,21	136 562,44	-477 386,77	-77,76	92 363,01	121 273,55	28 910,54	31,30
Outras receitas correntes	167 114,17	9 088,12	-158 026,05	-94,56	5 412,04	3 392,41	-2 019,63	-37,32
Venda de bens de invest.	4 801 500,00	0,00	-4 801 500,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	--
Transferências de capital	495 132,99	163 572,00	-331 560,99	-66,96	82 841,00	151 072,00	68 231,00	82,36
Ativos financeiros	22 739,16	0,00	-22 739,16	-100,00	0,00	0,00	0,00	--
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	0,00	--
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	0,00	--
Rep. não abat. Pagamentos	0,00	0,00	0,00	--	250,87	0,00	-250,87	-100,00
Saldo da gerência anterior	4 155 756,98	0,00	-4 155 756,98	-100,00	4 155 756,98	0,00	-4 155 756,98	--
TOTAL	12 108 190,50	2 458 484,26	-9 649 706,24	-79,70	5 938 054,25	2 032 233,05	-3 905 821,20	-65,78

1.2 Orçamento da Despesa

1.2.1 Execução do Orçamento da Despesa

A despesa total realizada situa-se próxima de 2 milhões de euros e a despesa paga na ordem de 1,8 milhões de euros.

Consequentemente, o grau de execução da despesa na ótica das realizações ascendia a 4,6% e na ótica dos pagamentos, na ordem dos 4,2%.

Quadro 3 – Resumo da posição atual do Orçamento da Despesa

Uni: Euro

ORÇAMENTO DA DESPESA							
	Dotação Atual	Cabimentado	Comprometido	Realizado	G.E.O.R.	Pago	G.E.O.P.
Corrente	24 235 600,00 €	21 757 577,09 €	15 402 387,00 €	1 681 507,08 €	6,94	1 589 804,28 €	6,56
Capital	18 725 750,00 €	13 208 281,48 €	9 681 356,38 €	310 186,38 €	1,66	195 094,11 €	1,04
TOTAL	42 961 350,00 €	34 965 858,57 €	25 083 743,38 €	1 991 693,46 €	4,64	1 784 898,39 €	4,15

1.2.2 Evolução das Despesas Municipais

Quadro 4 – Evolução das Despesas Municipais a preços correntes

Uni: Euro

Designação	Despesa Realizada				Despesa Paga			
	31/01/2018	31/01/2019	variação absoluta	var. (%)	31/01/2018	31/01/2019	variação absoluta	var. (%)
Despesas com pessoal	540 122,02	674 561,37	134 439,35	24,89	540 122,02	664 623,86	124 501,84	23,05
Aquisição de bens	54 213,14	94 703,61	40 490,47	74,69	40 692,74	85 657,17	44 964,43	110,50
Aquisição de serviços	752 843,57	751 447,59	-1 395,98	-0,19	647 669,00	687 796,74	40 127,74	6,20
Juros e outros encargos	138,83	129,29	-9,54	-6,87	0,00	129,29	129,29	--
Transferências correntes	110 830,63	132 962,33	22 131,70	19,97	84 629,61	124 094,33	39 464,72	46,63
Subsídios	17 124,00	0,00	-17 124,00	--	17 124,00	0,00	-17 124,00	-100,00
Outras desp. correntes	61 632,73	27 702,89	-33 929,84	-55,05	46 921,93	27 502,89	-19 419,04	-41,39
Aquis. bens de capital	606 808,05	202 293,42	-404 514,63	-66,66	593 604,05	146 366,86	-447 237,19	-75,34
Transferências de capital	97 931,87	89 966,94	-7 964,93	-8,13	92 931,87	30 801,23	-62 130,64	-66,86
Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	0,00	--
Passivos financeiros	17 910,87	17 926,02	15,15	0,08	0,00	17 926,02	17 926,02	--
Outras desp. de capital	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	0,00	--
TOTAL	2 259 555,71	1 991 693,46	-267 862,25	-11,85	2 063 695,22	1 784 898,39	-278 796,83	-13,51

As despesas totais realizadas denotam uma variação negativa em 11,9%, face ao volume verificado no período homólogo do ano anterior, representando uma quebra em 267,9 mil euros.

Ao nível dos aumentos, destacam-se as despesas com pessoal (+134,4 mil euros), a aquisição de bens (+40,5 mil euros) e as transferências correntes (+22,1 mil euros).

Ao invés, serão de referir as diminuições absolutas verificadas nas despesas com subsídios (-17,1 mil euros), outras despesas correntes (-33,9 mil euros), aquisição de bens de capital (-404,5 mil euros) e transferências de capital (-8 mil euros).

Relativamente aos pagamentos, verifica-se uma diminuição do respectivo volume, num valor na ordem dos 278,8 mil euros, significando uma variação negativa de 13,5%.

1.3 Grandes Opções do Plano

1.3.1 Evolução das Grandes Opções do Plano

Quadro 5 – Evolução das Grandes Opções do Plano a preços correntes

Uni: Euro

Designação	Despesa Realizada				Despesa Paga			
	31/01/2018	31/01/2019	variação absoluta	var. (%)	31/01/2018	31/01/2019	variação absoluta	var. (%)
Educação	369 148,14	242 882,57	-126 265,57	-34,20	283 947,31	183 797,01	-100 150,30	-35,27
Cultura, Desp e Temp. Liv	15 707,20	62 477,94	46 770,74	297,77	7 187,20	28 889,94	21 702,74	301,96
Acção Social	60 456,92	0,00	-60 456,92	-100,00	60 456,92	0,00	-60 456,92	-100,00
Saúde	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	0,00	--
Habituação e Urbanismo	248 445,75	282 978,72	34 532,97	13,90	248 408,69	277 116,95	28 708,26	11,56
Saneamento e Salubridade	198 666,96	199 703,81	1 036,85	0,52	194 271,99	196 171,89	1 899,90	0,98
Protecção Civil	18 167,02	35 129,13	16 962,11	93,37	15 999,83	35 129,13	19 129,30	119,56
Desenv. Ec. e Abast. Púb.	55 935,17	97 664,56	41 729,39	74,60	55 007,22	73 407,19	18 399,97	33,45
Comunicações e Transp.	346 391,25	22 398,75	-323 992,50	-93,53	339 848,16	20 463,57	-319 384,59	-93,98
Defesa do Meio Ambiente	74 156,60	13 638,68	-60 517,92	--	74 156,60	13 638,68	-60 517,92	-81,61
Freguesias	47 207,88	63 118,86	15 910,98	33,70	24 699,92	28 630,15	3 930,23	15,91
Inst. e Serviços Municipais	34 983,93	51 649,68	16 665,75	47,64	23 849,09	40 787,48	16 938,39	71,02
TOTAL	1 469 266,82	1 071 642,70	-397 624,12	-27,06	1 327 832,93	898 031,99	-429 800,94	-32,37

Na ótica das realizações, verifica-se um decréscimo em 27,1%, face ao volume verificado no período homólogo do ano anterior. No âmbito da representatividade, será de referir que as despesas realizadas no objetivo “Habituação e Urbanismo” são as mais representativas, representando 26,4% do total das despesas realizadas em GOP’s.

De salientar ainda os objetivos “Educação” e “Saneamento e Salubridade”, com um peso no total das despesas em GOP’s de 22,7% e 18,6%, respetivamente.

2. Proveitos e Custos

2.1 Evolução dos Proveitos

Os proveitos denotam uma variação positiva em 16,9%. Neste contexto, destacam-se os aumentos verificados nas vendas e prestações de serviços (+30,9 mil euros), nas transferências e subsídios obtidos (+96,2 mil euros) e nos proveitos e ganhos extraordinários (+78,2 mil euros).

Quadro 6 – Evolução dos Proveitos a preços correntes

Uni: Euro

Proveitos	Anos Económicos		Variação	
	31/01/2018	31/01/2019	absoluta	(%)
Vendas e prest. serviços	2 020,05	32 885,80	30 865,75	1527,97
Impostos e taxas	60 793,45	62 114,77	1 321,32	2,17
Variação da produção	0,00	0,00	0,00	--
Proveitos suplementares	0,00	0,00	0,00	--
Transf. subs. obtidos	1 142 381,82	1 238 558,26	96 176,44	8,42
Outros prov. g. operac.	0,00	0,00	0,00	--
Trabalhos p/entidade	0,00	0,00	0,00	--
Prov. ganhos financeiros	9 637,98	11 516,09	1 878,11	19,49
Prov. ganhos extraord.	20 050,36	98 217,82	78 167,46	389,86
TOTAL DE PROVEITOS	1 234 883,66	1 443 292,74	208 409,08	16,88

2.2 Evolução dos Custos

Os custos denotam um ligeiríssimo decréscimo em 0,2%, refletindo, essencialmente uma diminuição nos custos com mercadorias consumidas e matérias vendidas (-15,4 mil euros), nos fornecimentos e serviços externos (-144,4 mil euros) e nos outros custos e perdas operacionais (-25 mil euros).

Em sentido inverso, verificam-se aumentos nos custos com pessoal (+113,8 mil euros) e nas transferências e subsídios correntes e prestações sociais (+73,6 mil euros).

Quadro 7 – Evolução dos Custos a preços correntes

Custos	Uni: Euro			
	Anos Económicos		Variação	
	31/01/2018	31/01/2019	absoluta	(%)
CMVMC	29 151,17	13 715,29	-15 435,88	-52,95
Forn. serviços externos	99 139,42	243 506,69	-144 367,27	-145,62
Custos com pessoal	451 496,08	565 315,55	113 819,47	25,21
Transf. s. cor. prest. soc	32 700,15	106 263,01	73 562,86	224,96
Amortizações do exerc.*	0,00	0,00	0,00	--
Provisões do exerc.	0,00	0,00	0,00	--
Outros cust./perd. operac.	26 246,77	1 225,28	-25 021,49	-95,33
Custos e perdas financ.	162,48	24,24	-138,24	-85,08
Custos e perdas extraord.	106 209,27	102 546,73	-3 662,54	-3,45
TOTAL DE CUSTOS	745 105,34	1 032 596,79	-1 243,09	-0,17

*Apuramentos só efetuados no término de cada exercício

3. Endividamento municipal

O montante de endividamento líquido municipal, cujo conceito é transposto no SEC2010 é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira, as dívidas a fornecedores e a soma dos ativos financeiros, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria. Para o cálculo deste limite, relevam ainda os montantes de endividamento líquido das entidades em que o município participa (proporcionalmente à sua participação), nomeadamente as associações de municípios e o sector empresarial local, caso se verifique incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do sector empresarial local.

3.1 Endividamento de curto prazo

Nos termos do artigo 50.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, os empréstimos de curto prazo são contraídos para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.

A legislação aplicável não reporta qualquer limite ao montante permitido contratualizar com instituições financeiras, contribuindo para tal circunstância, o condicionalismo deste empréstimo se amortizar no ano económico da sua constituição, pelo que não consente fundar dívida de curto prazo em médio longo prazo.

Neste contexto, esta autarquia contratualizou um empréstimo de curto prazo de 1,5 milhões de euros, não tendo, à data de referência, qualquer montante em dívida neste âmbito.

3.2 Endividamento de médio e longo prazos

Os empréstimos de médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal.

Com a entrada em vigor no novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais esta capacidade está inerente ao limite da dívida total.

3.3 Endividamento líquido

Quadro 8 – Síntese do endividamento municipal à data de 31/01/2019

Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	6 455 757,62	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	0,00	(D) = Passivos - Activos da linha (A) do Quadro 2. Activos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos* (1)
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido* (1)
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	2 544 192,52	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	3 911 565,10	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	0,00	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)

O endividamento líquido, apurado nos termos do SEC 2010, será de 0, decorrente da circunstância dos ativos financeiros superarem os passivos financeiros, mesmo sem a exclusão do capital em dívida excepcionado, o qual se situa ligeiramente superior a 2,5 M€.

4. Limite da dívida total

Quadro 9 – Limite da Dívida Total (artigo 52.º da Lei 73/2013)

Designação	Valores (em euros)
Receitas corrente líquida cobrada - 2016	27 768 669,95
Receitas corrente líquida cobrada - 2017	28 313 680,71
Receitas corrente líquida cobrada - 2018	29 458 272,22
Limite da Dívida Total (1,5 x a média aritmética dos 3 últimos anos)	42 770 311,44
Dívida Total apurada em 31/01/2019*	8 473 803,41
Margem face ao limite legal previsto na Lei 73/2013*	34 296 508,03
* Não inclui a dívida total das entidades intermunicipais e participadas que sejam de considerar	

Nos termos do artigo 52.º da Lei 73/2013, a dívida total de operações orçamentais dos municípios, incluindo das entidades intermunicipais, das entidades associativas e das empresas locais e participadas, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Conforme se pode verificar no quadro apresentado, o Município de Ourém cumpre o limite da dívida total definido na Lei 73/2013, dispondo de uma margem próxima de 34,3 milhões de euros.

Contudo, importa referir que no mapa exposto não se encontra reportada a dívida total das entidades intermunicipais e de outras entidades participadas, estas últimas só a dispor, caso se verifique o incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º da Lei 50/2012. Tal inclusão, só será exequível no término de cada exercício económico, nos documentos de prestação de contas inerentes a contas consolidadas.

6. Volume de pagamentos em atraso nos termos da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso)

Em observância à LCPA (Lei 8/2012, de 21 de fevereiro), reporta-se que, em 31 de janeiro de 2019, não existia qualquer pagamento em atraso apurado nos termos da mencionada lei.

6. Componentes da Dívida à data de 31 de janeiro de 2019

6.1 Dívida de terceiros

As dívidas de terceiros ascendem a um montante ligeiramente superior a 1,3 milhões de euros, os quais se reportam, integralmente a dívidas de terceiros de curto prazo.

Quadro 10 – Dívidas de terceiros

Dívidas de terceiros de curto prazo	1 322 190,14 €
Empréstimos concedidos	0,00 €
Clientes c/c	15 658,93 €
Contribuintes c/c	111 724,95 €
Utentes, c/c	143 709,62 €
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	335 945,46 €
Adiantamentos a fornecedores	0,00 €
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00 €
Estado e outros entes públicos	72 646,35 €
Administração autárquica	0,00 €
Outros devedores	642 504,83 €
Dívidas de terceiros de médio, longo prazo	0,00 €
Outros devedores*	0,00 €
Total das dívidas de terceiros	1 322 190,14 €

6.2 Dívida a terceiros

As dívidas a terceiros de curto prazo situam-se na ordem de 1,8 milhões de euros.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo ascendem a um valor próximo de 6,7 milhões de euros, os quais se reportam a empréstimos de médio e longo prazo (6,5 milhões de euros), à participação no Fundo de Apoio Municipal (165 mil euros) e a locação financeira (48 mil euros).

No seu cômputo, à data de 31 de janeiro de 2019, as dívidas do município a terceiros situavam-se próximas de 8,5 milhões de euros.

Quadro 11 – Dívidas a terceiros

Dívidas a terceiros de curto prazo	1 805 001,54 €
Empréstimos de curto prazo	0,00 €
Adiantamento por conta de vendas	768,00 €
Fornecedores, c/c	73 143,44 €
Fornecedores, c/c - Facturas em recepção e conferência	594 685,38 €
Credores pela execução do orçamento	0,00 €
Clientes e utentes c/cauções	134 120,07 €
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0,00 €
Fornecedores de imobilizado, c/c	56 282,56 €
Estado e outros entes públicos	95 364,77 €
Administração autárquica	0,00 €
Outros Credores	635 471,92 €
Fornecedores de imobilizado - Fact. em recepção e conferência	215 165,40 €
Dívidas a terceiros de médio e longo prazo	6 668 801,87 €
Dívidas a instituições de crédito	6 455 757,62 €
Dívida a fornecedores imobilizado - locação financeira	48 000,00 €
Dívidas a fornecedores Imobilizado - aquis. mlp	0,00 €
Fundo de Apoio Municipal	165 044,25 €
Total das dívidas a terceiros	8 473 803,41 €

7. Disponibilidades

Quadro 12 – Disponibilidades

Disponibilidades	
Depósitos em instituições financeiras	6 039 063,90 €
Caixa	6 974,32 €
Total de disponibilidades	6 046 038,22 €

Em 31 de janeiro de 2019, este município disponha de um valor ligeiramente superior a 6 milhões de euros em depósitos em instituições financeiras e na ordem de 7 mil euros em caixa.

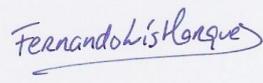
8. Assunção de compromissos plurianuais – autorização prévia genérica

Face à autorização prévia genérica deliberada pela assembleia municipal, em 27 de dezembro de 2017, no âmbito da assunção de compromissos plurianuais e, particularmente, para cumprimento do disposto no ponto 3 da referida autorização, o órgão executivo reporta os compromissos plurianuais assumidos, enquadrados na referida autorização. Para os referidos efeitos, reportam-se os compromissos assumidos pelo órgão executivo que entre 1 de dezembro de 2018 a 31 de janeiro de 2019.

Quadro 13 – Compromissos plurianuais assumidos pelo órgão executivo

Uni.: Euros						
Entidade	Descrição	Data da deliberação	2019	2020	2021	Outros
Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Ourém	Apoio financeiro para financiar atividades culturais, recreativas e desportivas	10/12/2018	31 000,00	31 000,00		
M. Lopes & Amaro SA	P179/2018 - Contratação de Técnico Responsável pela Exploração de Instalações Elétricas Municipais	03/12/2018	8 092,40			

O Chefe da Divisão de Gestão Financeira,



(rubrica digitalizada)

Fernando Luís Marques

(Economista)